

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

‘Supremo provocou mal-estar cívico’

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi quem melhor traduziu o resultado da sessão da Corte desta terça-feira, 15, que discutiu o envolvimento de alguns de seus membros com Daniel Vercaro, ex-dono do Banco Master.

Além de ter dito que o STF “provocou um mal-estar cívico em todos os cidadãos e cidadãos” devido ao bate-boca público entre seus integrantes, Cármen Lúcia se mostrou “profundamente envergonhada”. Ela pediu “desculpas ao povo brasileiro que talvez tenha esperado de nós algo diferente”.

A ministra lembrou que o país está a 19 dias da eleição do futuro presidente da República e de governadores, senadores e deputados federais. “O povo brasileiro deveria estar concentrado na eleição geral e em decidir seu destino, mas as discussões sobre o Supremo passaram a dominar os lugares que frequentava e os telejornais”, reclamou.

Tudo porque nada foi decidido na sessão desta terça-feira – marcada para votar se seria ou não aberta investigação sobre o envolvimento do ministro Alexandre de Moraes com Daniel Vercaro. Terminou sem decisão.

Oficialmente foram registrados dois votos a favor do início da investigação (Edson Fachin e André Mendonça) com três contrários (Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin). Flávio Dino pediu vista e deixou claro que seu voto será contra, mas Luiz Fux e Cármen Lúcia anteciparam formalmente o apoio à investigação. Ficou uma placar final

FERNANDO MOLICA

Jornalista e Escritor

A seletividade de Mendonça

Notícias publicadas manhã de ontem e dados revelados no Supremo Tribunal Federal apontam para uma atuação parcial do ministro André Mendonça. Diferentemente do que fez em relação a Alexandre de Moraes — suspeito de graves irregularidades — Mendonça não havia divulgado informações sobre supostas relações impróprias de Daniel Vercaro com outros ministros do STF ou com parentes destes.

A lista inclui Dias Toffoli, Kássio Nunes Marques e Luiz Fux. Os episódios só vieram à tona depois da entrega a outros ministros, na noite de segunda, de informações que vinham sendo mantidas em sigilo por Mendonça.

Também ontem, o ministro Flávio Dino solicitou investigação sobre Mendonça. Lembrou que o encontro do colega com Vercaro, em março do ano passado, ocorreu no dia seguinte ao início de votação, no STF, de processo que tratava da concessão de serviços funerários em São Paulo, tema que era de interesse do Master.

Quando o tema foi retomado, o ministro — segundo Dino, que relatou o caso — votou de acordo com os interesses de empresas concessionárias. Em setembro, o Iter, instituto fundado por Mendonça, assinou com a prefeitura contrato, sem licitação, no valor de R\$ 380 mil. No último dia 3, Mendonça anunciou seu afastamento da instituição.

As suspeitas que recaem sobre quatro outros ministros do STF em nada amenizam o caso de Moraes, o contrato de R\$ 131 milhões assinado pelo Master com o escritório de Vivian

de quatro a quatro, o que deverá fazer com que Fachin, como presidente da Corte, vote novamente para desempatar. Nunes Marques e Dias Toffoli não votaram.

O grupo de Alexandre de Moraes foi contrário ao início da votação. Propôs que, junto, fosse discutida a atuação de André Mendonça como relator. Segundo Moraes, o ministro o perseguiu e promoveu vazamentos seletivos. Os dois bateram boca. Mas foi contra Gilmar Mendes que André Mendonça mais se exaltou. Fux também teve momentos de exaltação contra Flávio Dino e Gilmar Mendes.

Gilmar acusou Mendonça de “um inequívoco viés político-eleitoral na forma como os autos foram conduzidos nesse inquérito. Escolha de data, 7 de setembro, envolvendo essa Corte em campanha eleitoral. Isso não se faz. [...] Evidente que se trata de um ‘pixuleco’, de um boneco eleitoral. É disso que nós estamos falando”. Mendonça xingou o ministro aos gritos de “leviano, leviano”.

Para o governo, o resultado não foi bom. O Palácio do Planalto torcia para que os ânimo se acalmassem. Já os bolsonaristas avaliam que a crise do STF os beneficia, pois o clima ruim tem atingido a popularidade do presidente da República, segundo as pesquisas de intenção de voto.

Os bate-bocas eram esperados, na medida em que os ministros se prepararam para uma guerra na sessão. Mas também havia especulações sobre a possibilidade de um acordo e até de que acabassem não conseguindo chegar a lugar nenhum.

Intitulada “Pode acontecer tudo no STF, inclusive nada”, esta coluna ontem terminou com a seguinte avaliação: “Daí porque pode ocorrer tudo na sessão desta terça-feira. Inclusive nada. Ou um pedido de vista.”

ne Barci de Moraes, mulher do ministro, é, por si só, escandaloso.

Ontem, Moraes negou que tenha mantido conversas comprometedoras com Vercano, o que caminha na direção oposta das apurações feitas pela Polícia Federal. Segundo o ministro, as mensagens encontradas no celular do ex-banqueiro não provam a existência de um diálogo com ele.

A versão apresentada por Moraes ressalta a necessidade de ele ser investigado, seu celular e seus computadores precisam ser revirados. Mas não seria razoável deixar de fora ministros igualmente suspeitos de receberem favores do banqueiro. Chega a ser assustador ver que, dos dez integrantes do STF, cinco — a metade — sejam suspeitos.

Não vale estabelecer uma hierarquia entre os casos, o de Moraes veio à tona antes dos demais por uma decisão do próprio Mendonça. Foi ele, no último dia 24, a pouco mais de um mês da eleição, que determinou à Polícia Federal a realização de um apanhado de investigações que, sabia, iriam chegar a Moraes. Ele não poderia desconhecer algo que era de domínio público desde março.

Ao destacar o caso de Moraes e, pelo visto, deixar de lado os que envolviam outros colegas, Mendonça abriu margem para a acusação de ter agido movido por interesses eleitorais. Indicado para o STF por Jair Bolsonaro e até hoje próximo do clã, Mendonça não poderia ignorar que a exposição do ex-relator dos processos contra golpistas seria capaz de prejudicar a candidatura do presidente Lula à reeleição.

Terrivelmente evangélico, o ministro parece não ter levado fé na capacidade de reação de colegas; depois de apontar o dedo para Moraes, é obrigado a encarar indicadores em sua direção.

EDITORIAL

Cármen Lúcia, a cidadã brasileira no Supremo

A fala da ministra Cármen Lúcia nesta terça-feira (15), durante o julgamento no Supremo Tribunal Federal, ultrapassou os limites de uma manifestação jurídica. Em um momento de forte tensão institucional, ela trouxe ao plenário uma combinação rara de firmeza, lucidez e emoção ao reconhecer que a própria Corte precisa refletir sobre o ambiente que ajudou a criar. Cármen afirmou estar profundamente triste e chegou a dizer que se sentia envergonhada diante do que classificou como um “mal-estar cívico” provocado pelos acontecimentos recentes.

O mais significativo de sua manifestação, porém, foi a disposição de olhar para dentro. Ao dizer que o Judiciário existe para tranquilizar a população, mas que o Supremo acabou produzindo intranquilidade, a ministra colocou em palavras um sentimento que ultrapassa as disputas entre grupos políticos e as interpretações jurídicas que cercam o julgamento.

Não se trata de negar a importância do Supremo, tampouco de questionar sua função constitucional. Ao contrário. Quanto maior a responsabilidade de uma instituição, maior deve ser sua capacidade de reconhecer os momentos em que sua atuação passa a ser percebida com desconfiança por parte da sociedade. Independência judicial não pode significar isolamento. E autoridade não deve ser confundida com infalibilidade.

Cármen também defendeu que o magistrado não pode se deixar conduzir pelo “clamor público”, reafirmando a necessidade de independência para decidir. Essa é uma distinção fundamental: ouvir a sociedade é diferente de submeter-se às pressões da opinião pública. O juiz deve decidir conforme a Constituição e as leis, mas a instituição à qual pertence não pode ignorar a confiança daqueles em nome de quem a Justiça é exercida.

Em uma sessão marcada por divergências, interrupções e momentos de elevada tensão, a manifestação da ministra acabou funcionando como um chamado à serenidade. Talvez a principal mensagem deixada por Cármen Lúcia tenha sido justamente a mais simples: instituições democráticas também precisam reconhecer seus próprios limites.

Pedir desculpas, admitir desconforto e demonstrar emoção não diminuem a autoridade de uma magistrada. Podem, ao contrário, revelar a dimensão humana de quem compreende que decisões tomadas dentro de um tribunal produzem consequências muito além de suas paredes.

Num país tão dividido e submetido diariamente ao ruído das redes sociais, dos discursos inflamados e da disputa política, a serenidade não é sinal de fraqueza. É uma necessidade democrática. E a fala de Cármen Lúcia, ao lembrar que o Supremo deve contribuir para pacificar, oferece uma reflexão que deveria alcançar não apenas os ministros da Corte, mas todas as instituições brasileiras.

OPINIÃO DO LEITOR

Ano Litúrgico

Agosto foi o mês das vocações, setembro é mês da Bíblia, outubro será mês das missões. Assim segue o Ano Litúrgico, destacando aspectos da vida e missão da Igreja.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal